

Reforma de fachadas desfigura o Plano Piloto

» HELENA MADER

É difícil imaginar edifícios projetados por Oscar Niemeyer, como a Catedral Metropolitana ou o Palácio do Planalto, cobertos por listras de pastilhas coloridas ou vidros fumê. Mas enquanto os grandes monumentos ainda preservam suas características e materiais originais, alguns prédios residenciais desenhados pelo arquiteto sofrem transformações diárias. Sob o pretexto de reformar e modernizar as fachadas do Plano Piloto, moradores e síndicos das asas Sul e Norte estão, aos poucos, alterando a paisagem da área tombada. Azulejos de Athos Bulcão dão lugar a peças de mármore e as frentes dos prédios antes discretas — tão típicas de Brasília —, recebem revestimentos em formatos variados e cores gritantes. Sem nenhum tipo de controle, algumas quadras concebidas para terem blocos similares viraram um grande mostruário de empresas de arquitetura especializadas nesse tipo de reforma.

O problema não se restringe aos edifícios residenciais projetados por Niemeyer. A onda da "modernização" dos prédios da capital federal atinge superquadras tradicionais e também construções com menos de duas décadas. As alterações das fachadas vão desde a troca de esquadrias e da substituição de revestimentos até a retirada de importantes elementos arquitetônicos, como as prateleiras de luz, e de ventilação típicas de alguns edifícios do Plano Piloto.

Com todos os prédios projetados por Oscar Niemeyer, a SQS 107 foi construída pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transporte de Cargas (Iapetc) e concluída em março de 1960, antes mesmo da inauguração de Brasília. A superquadra foi concebida para ter grupos de edifícios com a mesma tipologia: alguns com fachada em vidro, outros com janelas de concreto e prateleiras de luz. Em todos os casos, as laterais deveriam ser uniformes, cobertas por pastilhas pequenas, discretas e de cores claras.

Nos últimos anos, os prédios passaram por reformas e ganharam cara nova. Com isso, as fachadas, antes similares, ficaram completamente diferentes umas das outras. No desejo de ganhar identidade, cada síndico escolheu uma cor e um formato para decorar a lateral das construções. Assim, a escada de incêndio do Bloco B ganhou três enormes listras verticais de pastilhas verdes, aplicadas sobre um fundo de tom um pouco mais claro. Já as laterais do Bloco D, vizinho, ficaram decoradas por finas listras em marrom. Na parte da frente, os vidros claros e com esquadrias brancas, tão característicos do projeto de Oscar Niemeyer, deram lugar a vidros escuros — o que deixou a fachada praticamente irreconhecível.

Mas a superquadra onde o efeito das reformas sem controle aparece com mais força é a SQS 106. Os 11 edifícios também foram projetados por Oscar Niemeyer e construídos pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciais (Iapc). Quase todas as fachadas da quadra já passaram por revitalização e, durante o processo, os prédios perderam completamente as características originais. A paisagem que deveria ser homogênea é hoje uma amostra variada de decorações. Os blocos D e I, por exemplo, estão lado a lado. O primeiro está em fase final de reforma e as laterais receberam listras verticais vermelhas. A construção vizinha ostenta grandes listras horizontais em cinza, todas de comprimentos diferentes.

Afã de modernização

A descaracterização das fachadas do Plano Piloto e o afã de modernização de alguns síndicos e moradores são alvo de duras críticas de arquitetos e de entidades de preservação do patrimônio de Brasília. Mas a maioria deles é unânime em afirmar que são poucos os mecanismos de controle para evitar a farra das fachadas nas asas Sul e Norte.

As normas do tombamento de Brasília não são suficientes para impedir a descaracterização dos edifícios residenciais do Plano Piloto. A Portaria nº 314/92 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que inscreveu Brasília na lista de cidades e bens protegidos pela entidade, declara como tombado o conjunto urbanístico da cidade. Ou seja: o que deve ser preservado é o projeto de Lucio Costa para a cidade, seu desenho e suas características originais. Como o tombamento não é arquitetônico, não há normas legais para proibir os síndicos de decorarem as fachadas dos prédios como quiserem.

Escalas urbanas

O que é protegido em Brasília são as chamadas escalas urbanas. O tombamento de Brasília é volumétrico, ou seja, não é possível alterar as alturas dos prédios, por exemplo. Por isso, é até possível demolir todos os edifícios de uma superquadra e construir outros, mas o gabarito de seis andares, a taxa de ocupação, o pilotis livre, o acesso viário e a faixa verde devem ser mantidos. O desrespeito inclui, entre outros, cercar pilotis com grades e cercas vivas, construir apartamentos na cobertura dos blocos, ocupar áreas públicas nos comércios locais e instalar quiosques e barracas nas áreas verdes.

Já as características do conjunto urbanístico não podem ser alteradas. As superquadras devem ter uma única entrada e edifícios de, no máximo, seis andares, todos com pilotis livres e dimensões fixas. Assim, é possível demolir um prédio do Plano Piloto e construir outro no local, com características completamente distintas, desde que o volume permaneça o mesmo e que o gabarito e a norma da livre circulação nos pilotis sejam respeitados — como previsto no projeto de Lucio Costa, vencedor do concurso que escolheu o traçado do Plano Piloto de Brasília.

Bom senso

Sem instrumentos legais para impedir as reformas que descaracterizam os edifícios, o superintendente do Iphan no Distrito Federal, Alfredo Gastal, quer apelar para o bom senso dos arquitetos e engenheiros que atuam em empresas especializadas na revitalização de fachadas. Ele critica o uso indiscriminado de pastilhas coloridas e a adoção de formas geométricas nas laterais. "Na maioria das quadras, os prédios formavam um conjunto,

Foram pensados propositalmente para serem similares e para representarem uma unidade na paisagem, não para se destacarem uns dos outros", explica Gastal.

Ele é enfático ao criticar os proprietários de prédios que gastam grandes quantias de dinheiro para reformar as fachadas sem preservá-las. "Fico assustado com o que vejo por aí. Há edifícios que usam umas pastilhas de cores horrorosas. Tem alguns em que a pastilha marrom claro parece um cocô de vaca, é um espanto", dispara o representante do Iphan. "Qualquer pessoa com um mínimo de bom senso fica extremamente incomodada ao ver essas fachadas. Essa moda 'nouveau riche' é de um mau gosto gritante", finaliza.

O Iphan tenta, ao menos, preservar as fachadas dos prédios da unidade de vizinhança que reúne as quadras SQS 107, 307, 108 e 308. Esse conjunto de superquadras foi tombado isoladamente pelo GDF em 2009. Com base no Decreto nº 30.303/09, que garantiu a preservação, o instituto já embargou duas obras de reforma de fachadas na SQS 307, que estão atualmente paralisadas. A decisão revoltou os moradores, que buscam saídas jurídicas para tentar garantir o direito de decorar como quiserem os seus prédios.

No Bloco K da SQS 307, a revitalização da fachada custará entre R\$ 800 mil e R\$ 1 milhão. As pastilhas — em marrom claro — já estão compradas e as caixas com o material permanecem espalhadas nos pilotis. A obra está parcialmente embargada: o Iphan exige que as laterais do prédio tenham uma única cor, em vez de ostentarem os desenhos geométricos. Uma das empenas já está pronta, com estampas bicolors, mas o instituto do patrimônio quer a substituição das pastilhas.

A síndica do Bloco K, Nilda Pereira Brito, reclama de outra determinação do Iphan. O projeto de reforma prevê o fechamento dos nichos de concreto que existem sobre as janelas do prédio — o que também foi vetado pelo órgão. "Esses buracos só servem como abrigos para pombos, não têm nenhuma utilidade. Nossa revolta é que aprovamos o projeto de reforma na Administração Regional de Brasília, que não fez nenhuma exigência. Agora nos surpreendemos com esse embargo, que já dura dois meses e nos traz muitos prejuízos", reclama. A obra do Bloco K também está parada pelos mesmos motivos.

No Bloco H da SQS 307, a mudança da fachada foi feita em 2003 e não enfrentou nenhum obstáculo legal. A lateral do edifício ganhou desenhos em pastilhas verdes e brancas, com uma faixa de mármore preto — tudo devidamente aprovado em assembleia pelos moradores do condomínio. "Temos que acompanhar as novas tendências. Os prédios do Sudoeste são espelhados, modernos, por que não podemos modernizar nossos blocos também?", questiona o síndico do prédio, Nélio Penha. "As pastilhas antigas, de 1 cm, nem existem mais. Acho essa interferência do Iphan inaceitável", acrescenta o morador da SQS 307.

Na SQS 105, construída pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (Iapi), o projeto arquitetônico dos prédios é de autoria de Hélio Uchôa, que trabalhou no escritório de Lucio Costa. O predomínio dos cobogós de cerâmica vermelha remetem ao projeto dos edifícios do Parque Guinle, concebidos por Lucio. Hoje, alguns permanecem com as características originais mas outros ganharam laterais coloridas, como o Bloco D, que tem as empenas com listras azuis.



Sem padronização, cada prédio é reformado de acordo com o gosto dos moradores: contraste com a simplicidade do planejamento das superquadras

Foto: Monique Renner/CB/D.A Press



Na 307 Sul, a lateral do Bloco H foi decorada com mármore e pastilhas coloris: características originais desprezadas

Artigo

por Alfredo Gastal

Será o tombo do tombo?

Brasília vai fazer 51 anos. Esse tempo corresponde a apenas alguns dias de vida de uma criança mas, no caso brasileiro, onde as coisas correm e ocorrem às vezes numa rapidez desconhecida, eu me permito imaginar que este neném já apresenta alguns sinais de adolescência.

Nasceu muito bonitinha, meio perneta, só tinha a Asa Sul, mas era muito simpática. Tinha políticos, muitos cassados; professores da UnB, também cassados, mas apesar disso não era triste. Era, sobretudo, terna, exatamente a imagem e semelhança de Lucio Costa; bucólica, arborizada, com quadras recheadas de arquitetura de boa

qualidade. Afinal, tratava-se do grande e único experimento do movimento moderno de arquitetura em que a rigidez dos princípios da lógica e da setorialização urbana era amenizada pelas escalas de seu criador.

O impacto nacional e internacional do Plano Piloto como cidade única no mundo levou à garantia de sua preservação por decreto distrital, em 1987, e em 1992, pelo Iphan. A arquitetura da cidade, entretanto, por uma questão de tradição brasileira, não foi bafejada por essa sorte. Neste país, tombam-se as reminiscências do poder clerical, colonial, imperial. O poder republicano de verdade foi muito tênue. Assim,

Brasília é uma exceção à regra.

O tombamento aqui é volumétrico, ou seja, pode-se demolir um edifício e colocar outro com o mesmo volume no mesmo lugar. Considerando o nosso hábito nacional, a fobia por espaços vazios de nossa cultura, Lucio criou o conceito de projeção: os edifícios da cidade não possuem direito de uso do andar térreo, que passou a ser público, exceto nas áreas das prumadas. Mas então surgiram os salões de festas, e...

Chegamos ao século 21: cidade protegida, crescendo, ocupando o que pode e o que não pode. A arquitetura, principalmente na Asa Sul, de início era muito boa e tradicional, no sentido de ser fiel ao dito modernismo. Acho que até por uma questão de respeito ao urbanismo de Lucio, tendeu a ser quase sempre discreta, mimetizando-se com o arvoredo.

Mas os anos passam e eu, hoje septuagenário, visitando um amigo numa SQS outro dia, fui atacado por uma trombeta

visual. Num prédio daqueles que estava acostumado a ver sereno, quicá conservador, berravam um vermelho-abóbora cercado por um verde que me recordava os tempos em que corria pelos campos do sul e acabava pisando no que não devia; figuras heréticas no mesmo tom flutuavam sobre um bege sujo. Meus olhos desorbitaram. Na casa de meu amigo, um pacifista, ele comentou: estamos ultrapassados; é a nova geração. É o pós-pós-modernismo. Suspirei e, reacionariamente, comentei com meus boões: mediocridade, é o começo do fim da arquitetura. Talvez nesta cidade, onde a burguesia ainda vive em paz, em seus recantos acolhedores, este seja o prenúncio de uma merceda invasão de bárbaros. Quero minhas cinzas adubando as raízes de um pau-Brasil.

Alfredo Gastal, Ph.D., superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

» Para saber mais

Exemplos no Brasil

O casario colonial de Olinda é uma das paisagens mais conhecidas e visitadas do país. O centro histórico da cidade também é patrimônio mundial da humanidade mas, ao contrário de Brasília, as fachadas do município pernambucano são rigorosamente controladas. Para fazer reformas, os proprietários precisam atender a uma série de normas, para evitar qualquer tipo de descaracterização.

A rigidez é alvo constante de reclamações, já que os donos de imóveis muitas vezes não conseguem conciliar as necessidades atuais de conforto com a arquitetura colonial. Mas todas as intervenções têm que passar pela aprovação do Iphan e da Secretaria de Patrimônio e Cultura de Olinda. A diretora de patrimônio histórico da cidade, Clésia Tenório, explica que os projetos são analisados por uma equipe de técnicos. "Se puder ser enquadrado dentro da legislação, ele é aprovado. Senão, vai para a análise de uma câmara técnica de controle de preservação. O Iphan sempre participa das avaliações", conta Cláudia.

Na Bahia, é o Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural que acompanha a conservação dos bens tombados. Em Salvador, o centro histórico — que abrange bairros como Sé e Pelourinho — é classificado como patrimônio mundial da humanidade. Lá, o controle das reformas das fachadas também é acompanhado de perto pelo Iphan e pelo governo local. A diferença de tratamento das fachadas de Olinda e de Salvador em comparação com a situação de Brasília se explica pela forma de tombamento. Enquanto na capital federal o projeto urbanístico deve ser preservado por lei, nas outras cidades o tombamento é arquitetônico. Em Salvador, por exemplo, o Iphan local proibiu a reforma de uma fachada da Praça da Sé. A construção do fim do século 19 recebeu vidro fumê, mas o material teve que ser trocado para manter as características originais da obra arquitetônica. (HM)



Qualquer pessoa com um mínimo de bom senso fica extremamente incomodada ao ver essas fachadas. Essa moda 'nouveau riche' é de um mau gosto gritante"

Alfredo Gastal, superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional



Brasília tem uma proposta e uma linguagem próprias e elas têm uma dimensão coletiva. Antes de fazer qualquer alteração na fachada de prédios, é preciso pensar que esses edifícios são propositalmente similares"

Paulo Henrique Paranhos, presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil no Distrito Federal

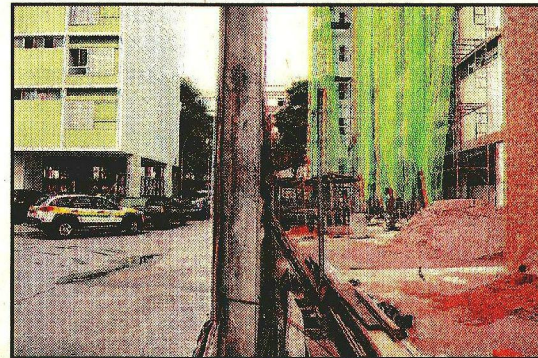


Temos que acompanhar as novas tendências. Os prédios do Sudoeste são espelhados, modernos, por que não podemos modernizar nossos blocos também?"

Nélio Penha, síndico do Bloco H da 307 Sul



107 Sul: desacordo com a arquitetura idealizada



Os canteiros de obras se espatharam pelo Plano Piloto

Legislação impede controle

Para dificultar ainda mais o controle sobre a reforma de fachada de prédios do Plano Piloto, nem todos os projetos são obrigados a passar pela Administração Regional de Brasília. O Código de Edificações do Distrito Federal estabelece que são dispensadas de apresentação de projeto e de licenciamento obras de pintura e de troca de revestimentos internos e externos ou para substituição de elementos decorativos e de esquadrias. A dispensa de autorização prévia ocorre quando as reformas não alteram a estrutura de concreto armado ou que não acarretem em acréscimo de área construída.

O assessor técnico de Planejamento e Gestão Urbana da Administração Regional de Brasília Luís Armando da Silva explica que normalmente o governo consulta o Iphan sobre a escolha de cores no caso de prédios das quadras SQS 107, 108, 307 e 308. "Pelo Código de Edificações, não é preciso consultar a administração para a troca de revestimentos. Não temos como controlar esse tipo de obra", explica Armando.

O presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil no Distrito Federal, Paulo Henrique Paranhos, aposta na educação patrimonial para conscientizar a população da importância de preservar o Plano Piloto. Ele critica a descaracterização dos prédios das asas Sul e Norte. "Brasília tem uma proposta e uma linguagem próprias e elas têm uma

dimensão coletiva. Antes de fazer qualquer alteração na fachada de prédios, é preciso pensar que esses edifícios são propositalmente similares", explica Paranhos. No caso de Brasília, vejo grande necessidade de ampliação do debate acerca de questões da cidade. Muita gente não sabe o motivo real do tombamento, confunde com engessamento e com falta de espaço para desenvolvimento", finaliza o especialista.

Quatro Ras

A área de proteção é delimitada a leste pela orla do Lago Paranoá, a oeste pela Estrada Parque Indústria e Abastecimento (EPIA), ao sul pelo córrego Vicente Pires e ao norte pelo córrego Bananal. Possui 112,25 km², é a mais extensa do mundo enquanto sítio urbano tombado, e abrange quatro regiões administrativas do DF: Brasília, Cruzeiro, Sudoeste/Octogonal e Candangolândia.

O arquiteto Danilo Matoso, que representa no Brasil uma ONG de documentação e conservação do movimento modernista (Docomomo), explica que seria necessário um instrumento de preservação individual dos prédios, já que o tombamento de Brasília não é arquitetônico.



Nilda Pereira Brito, síndica do Bloco K da SQS 307, reclama do embargo da obra de revitalização do prédio